

TCU apura irregularidades na creche

Houve uma época em que a creche Narizinho abrigou mais de 200 crianças em período integral. A Associação dos Servidores do Ministério da Saúde (Asmisa) assumiu a administração da creche. O Ministério, por sua vez, repassava a verba para as despesas com pessoal e manutenção.

Crianças felizes, mães amamentando. Parecia o paraíso. Há dois anos, o paraíso perdeu o encanto. A Secretaria de Controle Interno do Ministério (Ciset) — órgão que fiscaliza gastos — não aprovou as contas da creche. O repasse foi suspenso. O Tribunal de Contas da União apura irregularidades.

Funcionários da associação que trabalhavam na creche foram demitidos. Começavam as dificuldades da Narizinho. Em 1996, assume Adib Jatene o comando do Ministério. “Em função do programa de aleitamento materno ele tinha uma atenção especial com a creche. Reuniu os assessores mas não teve tempo de fazer muita coisa”, lamenta a diretora da creche, Iara Soares de Andrade, de 36 anos, umas das servidoras do Ministério.

Vencendo os contratemplos, a creche resistiu. Com poucos funcionários, quase nenhuma assistência e necessidades básicas. Falta até material de limpeza. Hoje, tem 65 crianças de três me-

ses a dois anos.

“Só não falta alimentação porque o contrato foi licitado no início do ano”, conta Iara. Por falta de detetização, ratos e baratas fazem a festa na Narizinho. O parquinho foi interditado por falta de segurança. Brinquedos enferrujados, com pregos à mostra, colocam em risco a saúde das crianças.

CARA NA PORTA

Desesperados, mais de 40 pais tentaram falar ontem pela manhã com o subsecretário de Administração do Ministério da Saúde, Januário Montone. Em vão. O secretário não os recebeu. “Um assessor nos disse que ele só poderia nos atender na próxima quinta-feira”, informa a servidora Lucy Regis, de 36 anos. “Na verdade, desde o início do mês tentamos audiência com o ministro Carlos Albuquerque e não conseguimos”, continua.

Indignada, a mãe desabafa: “Quando a Ciset preparou o relatório ao TCU não levou em conta que a creche, mesmo existindo só de fato, funciona há 14 anos. Todos os outros ministros que tiveram nessa casa a apoiaram. Mesmo que não a tenham concebido como creche viram nela o desenvolvimento de um programa de aleitamento materno com reco-

nhecimento internacional, que ironicamente é da próprio Ministério que não quer assumir a creche”.

O Correio tentou ouvir o subsecretário de Administração às 11h30 mas ele não pôde atender a equipe. Estava em reunião. Por meio da assessoria de imprensa, informou que o Ministério só se pronunciará depois que o TCU apresentar o parecer do relatório de todos os contratos da Asmisa.

Lília Veríssimo, de 32 anos, não fez parte da comissão que foi ao gabinete do subsecretário. Nessa hora, a agente administrativo amamentava seu filho Marcelo de Luca, de três meses. Na verdade, para ficar mais perto do bebê, ela passou a trabalhar na creche.

“Trabalho no Setor de Autarquias e tinha que amamentá-lo a cada duas horas. Não tenho carro, dependo de ônibus e era completamente impossível chegar aqui na hora marcada. Meu chefe entendeu e permitiu que eu viesse pra cá até que meu filho complete quatro meses”, agradece.

Com um salário de R\$ 361, Lília está assustada com a possibilidade da Narizinho fechar de uma hora para outra. “A creches mais baratas que existem por aí custam R\$ 200. O auxílio-creche, de R\$ 90, não dá para fazer nada”, apavora-se. (MA)